REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011 (Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações do Sr. Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre as providências que estão sendo tomadas relacionadas à conclusão do processo de desapropriação da fazenda Santa Elina em Corumbiara/Rondônia e a permanência das famílias remanescentes na área.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhado por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Exmo. Sr. Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, pedido de informações relacionados às denúncias, veiculadas na imprensa, de que tropas do Exército e da Força Nacional estão estacionadas na cidade de Cerejeiras para realizar a retirada de mais de 260 famílias que em dezembro comemoram um ano da realização do corte popular e posse das terras da Fazenda Água Viva (uma das três partes em que foi desmembrada a Fazenda Santa Elina) pelos remanescentes das vítimas de Santa Elina (Corumbiara) e camponeses sem terra, especificando os seguintes pontos:

- Após 16 anos do massacre de Corumbiara e no momento em que "a história parece se repetir", o Incra em Rondônia já concluiu o processo de aquisição da fazenda Santa Elina, em Corumbiara;
- A área, a ser transformada em projeto de assentamento pelo Incra pretende contemplar, primeiramente, as famílias remanescentes do conflito em Corumbiara;
- 3. Que providências estão sendo tomadas pelo Incra para que as 260 famílias de Trabalhadores Rurais, que tem sérios traumas advindos do



massacre de Corumbiara, sejam mantidas na área retomada, objeto de realização de corte popular desde julho de 2010;

JUSTIFICAÇÃO

Há 16 anos aconteceu o massacre de camponeses em Corumbiara quando onze camponeses foram assassinados, em consequência da violência, pelo menos mais três camponeses faleceram nas semanas seguintes, sete desapareceram, duzentas pessoas ficaram seriamente feridas e mais de duzentas pessoas ficaram com graves sequelas físicas e psicológicas.

Em agosto de 2007 membros do Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina – CDVSE e apoiadores acamparam em Brasília por 23 dias. Na ocasião representantes do Governo se comprometeram a iniciar o processo de indenização e desapropriação da fazenda e sua entrega às famílias. Na ocasião os membros do CDVSE mantiveram contato com o então ministro Paulo Vanucchi e com o chefe do Gabinete Civil da Presidência Sr. Gilberto Carvalho.

Em maio de 2008, 250 famílias retomaram as terras da fazenda Santa Elina, entretanto, frente a ataques de pistoleiros, as famílias se retiraram da área em 2009.

Uma nova mobilização iniciou-se então em 2010 e no dia 25 de julho as famílias retornaram a área anteriormente ocupada. Após 4 meses de acampamento as famílias decidiram pelo corte popular das terras da fazenda Água Viva (uma das três partes em que foi desmembrada a Santa Elina). Em dezembro de 2010 foram entregues os certificados de posse das terras aos camponeses e vítimas de Santa Elina. Desde então a área passou a ser denominada Zé Bentão, em homenagem ao líder camponês Francisco Pereira do Nascimento, assassinado em março de 2008.

Neste ano, conforme fartamente veiculado pela imprensa, as famílias desenvolveram produção na área, construíram casas e estradas de acesso e iniciaram processo de aulas regulares, através da construção de escola.

Destaca-se que o Ministro Paulo Vanucchi visitou Rondônia para discutir a situação das indenizações e o corte imediato da fazenda Santa Elina, prometendo saldar uma grande dívida para com os trabalhadores do campo.

O Incra anunciou a compra das terras e início do processo de assentamento,



entretanto, a situação é de tensão, na região, com a chegada das tropas do Exército e da Força Nacional e uma parte da área está dividida, em mais de 250 lotes de 12 alqueires, remanescentes da fazenda Santa Elina, que já efetuaram o corte das terras.

Os camponeses, remanescentes da fazenda Santa Elina reivindicam o reconhecimento de direitos, exigindo que o corte realizado à época seja respeitado e a concluída a desapropriação da área .

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR